



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

Processo Licitatório nº: 06.964/2020

Processo de Recurso nº: 20.828/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 122/2021.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 122/2021 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 27 de julho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 17/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 6.964/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00122/2021. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 13:03:35 do dia 29/07/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 24.1 do Edital nº 122/2021;



Comissão de Pregão III

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA**, apresentou o recurso para o item 01 em 03/08/2022.

Em 08/08/2022, a licitante **SENHOR DOS CUPINS LTDA** apresentou Contrarrazões, para o mesmo item;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

“Sucedede que, após a fase de lances apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação inabilitou a recorrente, informando que o lance deveria ser pelo valor global dos serviços, porém o edital apresentava o item 12.7 e Os itens 9.2 e 9.2.1 também mencionam lance pelo valor unitário.”

“Ao desclassificar a recorrente, tal comissão habilitou a terceira colocada onde deixou de apresentar documento de habilitação e inabilitou a primeira colocada sem ao menos oportunizar a nossa empresa de conceder a oportunidade de negociar com a administração para que assim pudessemos oferecer uma proposta mais vantajosa para a administração, ou seja, deixando esta administração de atender o art 38 do decreto 10.024/19 e o art 38 do decreto municipal 599/2020, citado inclusive anteriormente por vós.”

“O que ocorre é que o edital foi claro nos seus itens 9.2 e 12.7, que o preenchimento da proposta é pelo valor unitário, como também pelo claro no item 12.7 que: “ PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DOS LANCES DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO, O VALOR A SER CONSIDERADO É O MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.”



Comissão de Pregão III

“Outra falha dessa administração, é que conforme foi expressado no chat do comprasnet há obrigatoriedade de perguntar ao primeiro colocado se existe negociação para obter a proposta mais vantajosa de acordo com o art 38, decreto 10.024/19, o que não ocorreu. Então senhores como podem dizer que o nosso valor está superior ao da terceira colocada, sem ao menos termos a chance de negociar.”

“De acordo com o edital em seu item 19 – Qualificação Técnica, subitem 19.6, a empresa deverá apresentar CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO – AFE, onde esta empresa deixou de apresentar.”

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a **RECORRENTE**:

“Fato é que não podemos ser desclassificados, pois seguimos à risca ao edital, pedimos que retomem com o processo de habilitação e deem continuidade com o processo e façam novamente a convocação de nossa empresa e nos oportunizem a chance de oferecer o melhor preço para administração.”

“Inabilitar a empresa Senhor dos cupins por não apresentar documento o Certificado da AFE (ANVISA).”

“Diante dos FATOS expostos acima, pedimos a Retorno do Pregão fazendo novamente a convocação da DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA que foi desclassificada injustamente, e assim a habilite.”

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, alega que:

“Ora, o que temo aqui é uma tentativa infundada e desesperada da recorrente que deseja conseguir na fase recursal o que não conseguiu na fase de lances, ou seja, não conseguiu ofertar o melhor preço e agora quer culpar o pregoeiro e a Comissão de Licitação pela sua total inobservância e leitura incompleta do Edital.”



Comissão de Pregão III

Prossegue alegando que, ***“Da leitura o Edital em questão, observa-se que o mesmo é totalmente claro e inequívoco em seu Preâmbulo, informando que, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do tipo MENOR PREÇO e critério de julgamento GLOBAL por item...”***

“A recorrente alega ainda, de forma absurda e totalmente descabida que a licitante vencedora SENHOR DOS CUPINS, deixou de apresentar documento, apontando inobservância do subitem 19.6.”

“...o Edital em questão foi alterado após pedido de impugnação a respeito de se deixar de exigir a apresentação da AFE, sendo a impugnação julgada totalmente procedente, republicando-se o edital excluindo-se a exigência da AFE.”

Requer a recorrida que ***“...seja completamente indeferido o recurso proposto em função das infundadas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou SENHOR DOS CUPINS, vencedora do certame, fazendo-se justiça.”***

“Requer ainda, dar prosseguimento nas demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.”

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da



Comissão de Pregão III

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA.**

Quanto às alegações apresentadas, inicialmente, cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou junto à Procuradoria Geral Municipal, para parecer jurídico opinativo, acerca do entendimento deste órgão quanto ao eventual prejuízo dos princípios do julgamento objetivo das propostas com base na vinculação ao instrumento convocatório, do objeto em questão, a fim de subsidiar a decisão desta pregoeira, ante o recurso interposto, na forma que dispõe o **item 33.5 do edital**.

Em resposta a Procuradoria Geral, opinou que ***“...há divergência entre o subitem 11.5, que dispõe que como critério de julgamento das propostas será adotado o de menor preço global e o subitem 12.7, que dispõe que para fins de apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o menor preço unitário por item...”***



Comissão de Pregão III

“Quanto à alegação de que a recorrida não apresentou cópia da Autorização de Funcionamento – AFE, na forma do item 19.6 do edital, não assiste razão...”

Por conseguinte, considerando que a lei 10.520/02 preceitua que:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte

[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara,
vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou
desnecessárias, limitem a competição; **[grifo nosso]**

Considerando que, o edital restou ambíguo quanto ao critério de julgamento das propostas.

Considerando os princípios dispostos no Decreto Federal 10.024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica.

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo,** da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. **[grifo nosso]***

Assim sendo, ante a todo o exposto, entendemos ter havido prejuízo quando da apresentação das propostas iniciais, pelas empresas que pretendiam participar do certame, não sendo possível o



Comissão de Pregão III

julgamento objetivo das propostas com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **DEDETEC SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 122/2021, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela ALTERAÇÃO do julgamento anteriormente proferido, e ANULAÇÃO do presente certame.

Diante do provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 122/2021.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de setembro de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380